

Formulário de Resposta aos recursos - CES M08

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 41	<p>A alternativa correta é: (D) exteriorização dos motivos de um ato.</p> <p>Dentro dos princípios da Administração Pública, a motivação é um dos elementos essenciais do ato administrativo. Ela diz respeito à demonstração dos motivos que levaram à prática de determinado ato, ou seja, à exteriorização da intenção e da justificativa do agente público. É por meio da motivação (ou exteriorização dos motivos) que se verifica se o agente atuou com finalidade pública legítima ou se desviou para fins ilegais ou imorais, caracterizando, por exemplo, o desvio de finalidade.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1:42	<p>A alternativa correta é: (A) descentralização por delegação.</p> <p>Na descentralização por delegação, o Poder Público transfere a execução do serviço a entidades privadas, por meio de concessão, permissão ou autorização, sem transferir a titularidade do serviço. É o caso dos serviços de telefonia, que continuam sendo de titularidade do Estado, mas são executados por empresas privadas.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 43	<p>A alternativa correta é: (B) órgão autônomo.</p> <p>Justificativa: As secretarias municipais são classificadas como órgãos autônomos, pois são diretamente subordinadas ao Chefe do Executivo (no caso, o Prefeito), possuem certa autonomia administrativa, técnica e financeira, e desempenham funções de direção, controle e execução dentro da estrutura da administração pública. Elas não têm personalidade jurídica própria (como todo órgão público), mas têm capacidade de atuação administrativa relevante.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 46	<p>Gabarito correto letra: (B) Na anulação, como o ato era válido, produzirá seus regulares efeitos até a data em que foi revogado pela autoridade competente.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Correção:</p> <p>Essa afirmativa está errada porque anulação é o desfazimento de um ato inválido, ou seja, um ato que apresenta vício (ilegalidade). Por isso, seus efeitos são retroativos (ex tunc), ou seja, considera-se que o ato nunca produziu efeitos válidos, desde a origem.</p>		
TIPO 1: 47	<p>GABARITO CORRETO LETRA(A)</p> <p>A questão trata da etapa de planejamento nas contratações públicas, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), cujo objetivo principal é assegurar contratações mais eficientes, econômicas e planejadas.</p> <p>Vamos analisar cada alternativa:</p> <p>(A) evitar o fracionamento de despesas.</p> <p>Correta. O planejamento busca consolidar as demandas, evitando o fracionamento indevido de despesas, prática que visa burlar limites legais e pode configurar irregularidade. O planejamento adequado permite agrupar aquisições semelhantes, otimizando recursos e garantindo legalidade.</p> <p>(B) produzir informações operacionais e gerenciais.</p> <p>Errada. Embora o planejamento possa gerar informações úteis, esse não é um objetivo central da etapa de planejamento na Nova Lei. Trata-se de um efeito secundário, e não uma finalidade primária prevista na legislação.</p> <p>(C) sinalizar ao mercado fornecedor.</p> <p>Errada. Sinalizar ao mercado fornecedor pode ocorrer como consequência do planejamento (por meio, por exemplo, de aviso de intenção de registro de preços ou estudos técnicos), mas não é o foco principal da etapa de planejamento. A legislação menciona mais diretamente a racionalização do gasto público e melhoria na definição das necessidades da Administração.</p> <p>(D) possibilitar a ampliação da realização de compras conjuntas.</p> <p>Errada. Embora compras conjuntas sejam incentivadas pela Nova Lei, isso é uma estratégia decorrente do planejamento, e não o objetivo central dessa etapa. O foco do planejamento é evitar falhas e promover contratações eficazes, o que pode incluir compras conjuntas, mas não se limita a isso.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>(E) aprovar integralmente o termo de referência. Errada. A aprovação do termo de referência é uma etapa dentro do planejamento, mas não é o objetivo do planejamento em si. O objetivo é garantir que o termo de referência (ou Estudo Técnico Preliminar) esteja bem elaborado e atenda à necessidade pública, mas o foco está na qualidade do planejamento, não apenas na aprovação do documento.</p>		
TIPO 1: 49	<p>GABARITO CORRETO LETRA (E) (B) se dá, geralmente, após a execução dos atos. Incorreta. O controle interno pode ser prévio, concomitante ou posterior à execução dos atos. Ou seja, não ocorre somente depois da execução.</p> <p>(C) o Conselho Nacional de Justiça é um exemplo de órgão que executa controle interno. Incorreta. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é um órgão de controle externo do Poder Judiciário, não um órgão típico de controle interno da Administração Federal.</p> <p>(D) é executado por órgãos autônomos e independentes. Incorreta. O controle interno é exercido pela própria Administração, ou seja, pelos órgãos integrais à estrutura administrativa, e não por órgãos independentes. Órgãos autônomos e independentes geralmente exercem controle externo.</p> <p>(E) tem como objetivo garantir o uso correto dos recursos públicos. Correta. O controle interno visa, entre outros objetivos, assegurar a legalidade, eficiência e economicidade, garantindo o uso correto dos recursos públicos, prevenindo erros, fraudes e irregularidades.</p>	DEFERIDO	ALTERAR LETRA E
TIPO 1: 50	<p>A alternativa correta é: (E) o pluralismo político. O pluralismo político é um princípio fundamental previsto na Constituição Federal do Brasil que reconhece e assegura a existência e convivência de diversas ideologias culturais, religiosas, econômicas e sociais dentro do país. Esse fundamento garante a diversidade de opiniões, crenças, valores e modos de vida, respeitando a convivência pacífica e democrática entre diferentes grupos.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO